

As prescrições para a formação de historiadores no Brasil

Aryana Lima Costa*

RESUMO: Este trabalho, parte inicial de uma pesquisa de dissertação, tem como objetivo somar às discussões da historiografia do ensino de história no que se refere ao nível superior, área que ainda não possui uma produção tão vasta quanto os outros níveis de ensino. Tomando por base a bibliografia já publicada, as prescrições para a formação dos historiadores (Currículo mínimo, DCN, Projetos de Lei para regulamentação da profissão) e documentos produzidos por instituições diretamente envolvidas na área, como a própria ANPUH, nosso objetivo é aprofundar a discussão em torno do perfil do historiador formado nos cursos de graduação. Algumas das questões postas atualmente como a relação entre licenciaturas e bacharelados, entre história e educação, revelam uma discussão de forma alguma recente e que extrapola o âmbito administrativo dos cursos, adentrando a esfera da constituição da disciplina no país e da historiografia.

Palavras-chave: ensino superior, historiador, historiografia.

ABSTRACT: This study is the initial part of a dissertation and has as objective to add up to the discussions in the teaching of history historiography as to what concerns education in universities, which is an area that is not as studied as the other levels of education. Based on the already existing bibliography, the prescriptions for the formation of historians and documents produced by institutions directly related to the subject, our intention is to deepen the discussion regarding the historian's profile in our graduation courses. Some of the issues currently debated, such as the relation between history and education, reveal a discussion that's not recent and that extend to the constitution of this discipline in our country and to historiography.

Keywords: university education, historian, historiography.

1. Introdução

Porque não se pode mais, nesse início de século XXI, discutir história¹ deixando o sujeito que toma para si a competência para tanto, isto é, o historiador, em segundo plano, é que as discussões sobre sua formação, sua atuação, sua produção e inserção no conjunto das relações sociais que o cercam se tornaram cada vez mais frequentes. Ou seja, os historiadores estão olhando mais para si mesmos. Extrapolando a tradicional discussão sobre subjetividade e objetividade, vemos nas estantes das bibliotecas e livrarias cada vez mais obras, produtos das reflexões de historiadores, abordando a trajetória pessoal desses profissionais, que invariavelmente se entremeia com sua trajetória acadêmica/profissional. Ou então entrevistas, ou coletâneas de entrevistas, com o mesmo propósito.

* Programa de Pós-Graduação em História – UFPB / GT Ensino de História e Educação do RN. Mestranda. Capes/REUNI.

¹ Ao longo deste texto sempre no sentido de história-conhecimento. Quando estivermos falando do devir dos acontecimentos, nos referiremos a “processo histórico”.

Na esteira desses novos caminhos percorridos, somamos as discussões travadas no campo da teoria e epistemologia e da metodologia da história. É precisamente na definição de seu objeto de estudo e dos seus procedimentos metodológicos que o historiador constitui sua identidade e se arvora das ferramentas para se inserir na trama geral das relações sociais e por extensão, no mercado de trabalho. Seguindo os questionamentos já tão conhecidos de Michel de Certeau, o que fabrica o historiador quando faz história? O que é esta profissão? (2007: 65), a operação de produção do conhecimento histórico nos fornece o caminho para uma tentativa de definição dessa identidade.

Tendo isto em mente, decidimos nos concentrar na instância principal em que se formam os historiadores – as universidades – que é aquela em que se traça um perfil de profissional a ser formado. Sem desconsiderar a generosidade da disciplina que admite “intrusos” sem grandes complicações (como bem lembra Hobsbawm: “História não é memória ancestral ou tradição coletiva. É o que as pessoas aprenderam de padres, professores, autores de livros de história e compiladores de artigos para revistas e programas de televisão.” [1998: 20]), ousamos dizer que é nesta instância (a universidade) em que se encontram as “pesquisas de ponta”, as inovações teórico-metodológicas, mas principalmente a formação da mão de obra que (supostamente) ocupará os lugares que os historiadores transformaram em espaços de atuação: as escolas, os arquivos, os museus, as revistas, as consultorias, etc.

Levando em consideração os fatores acima listados, bem como motivos de ordem mais “sublunar” (mas que ao fim e ao cabo também se articulam com o movimento de auto-reflexão do qual falávamos acima), como por exemplo, a mobilização destes profissionais, no caso do Brasil, em participar das discussões à época da elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em História junto ao Ministério da Educação, tentamos entender como os historiadores estão imbricados na constituição de uma identidade para si por meio da sua ocupação e atuação na academia. Neste estudo tomam-se as prescrições para os cursos de graduação em História no Brasil como guias para entender a constituição da profissão entre nós. Problematizando essas prescrições (a saber os currículos, Diretrizes Curriculares Nacionais, projetos de regulamentação da profissão), percebemos os cursos de graduação como resultados de um processo histórico, frutos das ações de diversos sujeitos, possibilitando um agir consciente e orientado nas relações que estabelecemos com a formação do profissional de História no nosso presente.

2. Institucionalização do curso de História – primeiros passos

No que concerne o Brasil, os cursos de História só vieram a surgir com o próprio estabelecimento de universidades brasileiras², a partir das décadas de 20 e 30 do século XX. Segundo Eremildo Viana, foi nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, do Instituto Superior Sedes Sapientiae em 1933 e na Escola de Economia e Direito da Universidade do Distrito Federal (UDF) criada em 1935 onde foram fundados os primeiros cursos de História em nível superior (em 1939 a UDF foi transferida para a recém fundada Universidade do Brasil, onde se criou também uma FFCL).

Os cursos superiores de História e Geografia eram reunidos em um só e as disciplinas específicas de História dividiam-se, via de regra, segundo os períodos cronológicos: História da Antiguidade e Idade Média no primeiro ano, História Moderna e História do Brasil no segundo, História contemporânea e do Brasil no terceiro e, no quarto, as disciplinas de formação didática. O objetivo principal dessas instituições era formar professores para o que seriam hoje os níveis de ensino fundamental e médio (Id, p. 75). Já então, essa estruturação era alvo de críticas, como nos relata a historiadora Maria Yedda Linhares, formada pela Universidade do Brasil, ao dizer que nesta não se praticava a pesquisa, ao contrário do que ocorria na USP, através do quê já podemos ver o quão desequilibrada sempre foi a relação entre formação para o ensino e formação para a pesquisa, além de detectar diferenças entre as duas universidades (LINHARES, 1992).

A questão está em que a história ensinada não se diferenciava muito daquela produzida pelos pesquisadores, ocorrendo quase que somente uma transposição de um nível ao outro, tendo em vista que os cursos eram mantidos sob o controle de alguns dos catedráticos que se atinham à chamada concepção tradicional, metódica da História, nos moldes daquilo que se produzia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fundado em 1838. A problematização, a mudança e mesmo as discussões sobre a produção do conhecimento histórico não eram incentivadas, engessando a formação desses profissionais que só viria a conhecer uma renovação a partir das segundas e terceiras gerações a assumir as cadeiras de História o que certamente não foi um processo célere. Ainda em 1937, José Honório Rodrigues ao se referir ao currículo da Faculdade

² Não desconhecemos a existência de universidades no Brasil anteriores à década de 30. No entanto, tomamos estas instituições como marcos pois foram as primeiras a realmente se consolidarem e vingar até os dias correntes, dando início à expansão das universidades pelo país. As tentativas anteriores não lograram êxito e findaram por fechar suas portas, como a Universidade do Amazonas em 1909, a de São Paulo em 1911 e a do Paraná em 1912. Em 1920 é criada a Universidade do Rio de Janeiro (que posteriormente se torna a Universidade do Distrito Federal) e em 1927 a Universidade de Minas Gerais. Estas sim, conseguem se firmar. (CUNHA, 2007, p. 161 – 163). Em relação a cursos de História porém, os registros que encontramos sempre se referem à década de 30, como dito acima, na USP, no Instituto Sedes Sapientiae e na UDF.

de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo soma ao coro das críticas aos cursos de História as seguintes afirmações:

(em 1934, a universidade recém criada), e especialmente a sua Faculdade de Filosofia, era uma cidadela inexpugnável de conservadorismo, o mais rotineiro e arcaizante. Metodologia, pesquisa e historiografia eram totalmente desconhecidas. O ensino superior da história girava em torno das quatro disciplinas: História Antiga e Medieval, História Moderna e Contemporânea, História da América e História do Brasil. (RODRIGUES, apud FREITAS, 2006, p. 15-16).

Em texto publicado no ano de 1971, ou seja, já passados mais de trinta anos, Francisco Iglésias, professor da Universidade Federal de Minas Gerais, ainda reclamava praticamente das mesmas questões: formação deficiente e pouca contribuição à produção historiográfica nacional. O autor chega mesmo a questionar a legitimidade dessas novas instituições na medida em que o que se tem feito a partir delas é pouco mais significativo do que o produzido anteriormente à sua existência.

As questões relativas ao currículo e à Reforma Universitária levaram ao I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior, do qual foi criada a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), em Marília, São Paulo³. Estavam em pauta principalmente a dupla formação proposta pela maioria dos cursos: para o pesquisador e o professor; a distribuição das disciplinas, a rigidez do currículo e outras foram levantadas, como por exemplo o sistema de cátedras.

A formação de profissionais de História no Brasil passou por alguns percalços, especialmente a partir dos anos 70 com a implantação durante a ditadura militar das licenciaturas curtas em Estudos Sociais, disciplina que ocupou a carga horária de que dispunham História e Geografia nas escolas. Desde então, fez-se necessário a defesa da disciplina dentro da universidade – a delimitação do campo da História, dos seus saberes específicos e da atuação de seus profissionais. Algumas universidades mais antigas conseguiram manter este espaço enquanto as mais novas cederam para o que o regime exigia. Professora Joana Neves resume esse período:

A mesma lei (lei nº5692 de 1971) determinou a substituição de História e Geografia – disciplinas específicas das quatro séries do antigo curso ginasial – pela área de Estudos Sociais, nas séries correspondentes – da 5ª à 8ª séries do primeiro grau. Os professores de História e Geografia poderiam atuar na área de Estudos Sociais, mas foram criados cursos de licenciatura curta para a formação daquele que seria o profissional específico para a área. O professor de Estudos Sociais. Além disso, todos

³ Desde 1981, a entidade se chama Associação Nacional de História, apesar de manter a mesma sigla – ANPUH.

os demais formados nas áreas de Ciências Sociais e Filosofia seriam aceitos como professores de Estudos Sociais. (...) A criação da Educação Moral e Cívica reforçou ainda, a implantação e consolidação dos cursos de Estudos Sociais que passaram a ser considerados os naturais formadores do 'novo' professor, requisitado para a 'nova' tarefa educativa. Criou-se até uma Licenciatura Plena em Educação Moral e Cívica, como complementação da Licenciatura curta em Estudos Sociais. (...) A reação, porém, não se fez esperar. O enfrentamento e a resistência dos professores e de muitas instituições educacionais e científicas conseguiram impedir que os des(mandos) da ditadura lograssem todos os efeitos pretendidos. (...) As Universidades Públicas mais antigas, onde já existiam os cursos de História e Geografia, recusaram-se a implantar a Licenciatura Curta de Estudos Sociais e, em conjunto com as instituições científicas, notadamente a ANPUH – Associação Nacional de História – desencadearam amplos debates para apontar as distorções das propostas oficiais. As críticas levantadas não se restringiam à formação do professor, mas contemplavam, também, a inadequação das mudanças impostas aos demais níveis de ensino. (NEVES, 2003, p. 43 – 45)

É pertinente lembrar também a questão da censura ao conhecimento o que dificultava, quando não impedia, que a leitura de determinados autores ou que pesquisas fossem levadas adiante especialmente se tratassem de temas considerados subversivos pelo regime à época.

Na década de 80, em meio à abertura política e à uma divulgação mais firme das recentes discussões historiográficas, um dos temas em pauta nos cursos de graduação era o da definição das licenciaturas. Em que medida deveria entrar em um currículo o conteúdo específico da área do conhecimento e o conteúdo didático e pedagógico necessários à formação de um professor? Estava posta a questão consensual de que o diálogo entre historiadores e pedagogos se tornava imprescindível⁴.

Foi então que a indissociabilidade ensino-pesquisa foi posta em evidência. No que isso toca a graduação, significava questionar-se como a pesquisa e a extensão devem contribuir para a formação dos graduandos em suas áreas específicas. A crítica que se fez é que, por muitas vezes, a graduação se restringia à supervalorização da presença dos alunos em sala assistindo a aulas, sem vivência na sociedade em que devem atuar e interferir. Uma comissão formada por técnicos da Secretaria de Ensino Superior (SESu), professores representantes das diferentes regiões geográficas do país e membros da ANPUH empreendeu de 1981 a 1986 a Avaliação dos Cursos de História no Brasil (NEVES, 2003, p. 49). Alguns pontos comuns a todos os cursos de graduação foram levantados como licenciaturas x bacharelados, ensino x pesquisa, currículo mínimo, disciplinas teóricas, relações com o ensino de primeiro e segundo graus e a relação entre a graduação e a pós-graduação.

⁴ Ainda que nos encontros nacionais de ensino de História ainda escutemos de professores de disciplinas de prática de ensino comentários acerca da reclusão em que vivem os professores das disciplinas “de conteúdo”.

3. Década de 90 e novas configurações

Para os cursos de História de 1962 até 1996, o parecer 377/62 do Conselho Federal de Educação determinava o currículo mínimo, revogado pela última LDB que conferia autonomia para que os cursos de graduação das universidades estabelecessem seus próprios Projetos Político-Pedagógicos no dito ano. Em abril de 2001 foi aprovado o parecer 492/201 do CNE que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de História – as DCN – cujo propósito foi servir como parâmetro para os currículos dos cursos.

O texto das Diretrizes Curriculares do Curso de História, publicado pelo MEC, composto por uma Introdução, Perfil dos Formandos, Competências e Habilidades, Estruturação dos Cursos, Conteúdos Curriculares, Estágios e Atividades Complementares e Conexão com a Avaliação Institucional, tomou por base o texto escrito pela ANPUH (s.d.a) em quase sua totalidade. Assim, as questões levantadas pela Avaliação dos Cursos de Graduação da década de 80, anteriormente mencionadas, como a indissociabilidade ensino/pesquisa, as relações entre licenciaturas x bacharelados, disciplinas teóricas, relações com o ensino de primeiro e segundo graus, relações entre a graduação e a pós-graduação, etc. marcaram o texto das DCN. Dentre essas o ponto chave das Diretrizes é a relação ensino x pesquisa, transfigurada na definição do perfil de profissional de História, ponto este que foi e provavelmente continua sendo fonte de discussões entre os historiadores e os especialistas em educação.

Marcada pela ênfase na produção do conhecimento através da pesquisa histórica, a proposta inicial da ANPUH era que recaísse sobre os cursos de História a formação de um profissional único, sem distinção entre pesquisador ou professor. Como afirma Joana Neves, isso significa “a produção do conhecimento nos diversos campos ou áreas da História tendo como efeito a sua qualificação para o exercício dessa relação quando, como professor, ele (o graduando) atuar nos outros níveis de ensino.” (2005, p. 80) Dito de outra forma, isto quer dizer a formação de um profissional que domine a sua disciplina – a História – e que saiba utilizá-la nos espaços onde é requisitada, como a sala de aula, daí que uma distinção entre professor e historiador deixa de ter sentido porque haveria um único profissional, capaz de atuar nesses diversos ambientes.

No documento final aprovado pelo MEC um ponto da proposta da ANPUH foi modificado: o da Estruturação dos Cursos. Isto motivou a reprovação das DCN do Ministério por parte da ANPUH⁵.

Em sua proposta estava escrito que:

É condição fundamental para o desenvolvimento desta proposta a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a qual deverá ser garantida pelas instituições com infra-estrutura material e de pessoal, através da constituição de espaços institucionais (laboratórios, núcleos, etc.), que envolvam alunos de graduação, pós-graduandos, profissionais da área, e promovam um processo de reflexão crítica, trocas de experiências, permitindo a interlocução entre a universidade e a sociedade. Preservando-se o princípio geral da articulação teoria-prática, deverão ser desenvolvidas atividades no ambiente da instituição e/ou fora dela que se destinem à consolidação do perfil desejado na forma de estágios, programas de iniciação científica e/ou similares e atividades acadêmicas complementares a critério dos Colegiados/Coordenações de Cursos, às quais serão atribuídos créditos. As instituições, com autonomia, deverão estruturar seus cursos, programas, disciplinas, áreas, setores ou outras modalidades, de acordo com seus objetivos específicos, assegurada a plena formação do historiador.

Por sua vez, no texto que foi homologado pelo MEC, neste mesmo item temos:

Os colegiados das instituições deverão estruturar seus cursos, programas, disciplinas, áreas, setores ou outras modalidades, de acordo com seus objetivos específicos, assegurada a plena formação do historiador. Deverão incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas, das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado. O curso de licenciatura deverá ser orientado também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

Por conseguinte, a ANPUH entende que uma vez que se lista a necessidade de formação dos professores sob outra modalidade de curso, ocorre uma cisão na formação do profissional de História. Se a concepção deste profissional é de uma atuação na pesquisa e no ensino, por que separar a formação dos professores de História em um curso específico? Ora, foi exatamente essa separação o alvo das críticas da ANPUH, que já viu seus esforços no sentido da regulamentação da profissão do historiador serem minados pela não aprovação do Projeto de Lei nº 2.047/99.

Por outro lado, é justamente esta posição da entidade o alvo de reprovações por parte de outro grupo da academia, em sua maioria pertencente às Faculdades de Educação. Em texto para a ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação), “A Formação do Professor de História no Brasil: novas diretrizes, velhos problemas”, Selva

⁵ “Por isso é impossível calar diante das distorções, deturpações, contradições (ou seria incompetência?) do MEC/CNE ao baixar diretrizes que, no mínimo, se contradizem no que diz respeito à formação dos professores de história.” (ANPUH, s.d.b) Em dezembro de 2004, a Anpuh também manifestou sua insatisfação em relação às DCNs do MEC em carta de protesto à reforma universitária (ANPUH, 2004).

Fonseca lança uma série de críticas sobre as Diretrizes Curriculares. Em resumo, a questão está em que

O texto das Diretrizes, documento histórico, produção de historiadores brasileiros é explícito: os cursos de História devem formar o historiador, qualificado para o exercício da pesquisa. Atendida esta premissa o profissional estará apto para atuar nos diferentes campos; inclusive no magistério. Forma-se o historiador. Sobre a formação do professor, o texto silencia. A produção do silêncio é uma operação lógica. Certeau ao analisar o lugar social da produção historiográfica e o papel dos historiadores na sociedade afirma: “no que concerne às opções, o silêncio substitui a afirmação... Aqui o não-dito é ao mesmo tempo o inconfessado de textos que se tornaram pretextos...”⁶ Por que não dizer que o curso de História forma professores de História? Por que não confessar, para nós mesmos, formadores, que o campo de trabalho do historiador é basicamente o ensino? (...) Vivendo, construindo, fazendo história na realidade social brasileira o indivíduo que faz opção pelo curso de História se defronta com o seguinte dilema: Ser historiador ou ser professor de História? O documento curricular prescrito diz: “ser historiador, pesquisador”, o real dirá: “ser professor”. Por que não ser historiador e professor? Ou historiador-professor de História preparado para o exercício da pesquisa e do ensino? Por que não assumimos a formação do professor-pesquisador? Como tornar-se professor de História neste contexto educacional? (2001, p. 8)

Ao que poderíamos confrontar com o que diz Joana Neves:

*Essa proposição (a da ANPUH) traz para o interior dos cursos de graduação – mais exatamente para o núcleo curricular dos cursos, composto pelas disciplinas específicas – as questões pedagógicas, normalmente colocadas como apêndices exteriores e, quase sempre, estranhos ao curso. Nessa perspectiva o que se coloca é a necessidade de se romper o silêncio tradicional e estabelecer o indispensável diálogo com a área educacional. Entretanto, é preciso ter clareza quanto aos “sons” produzidos para que não haja ainda mais ruídos na comunicação. Sendo a qualificação para a produção do conhecimento histórico a meta a ser alcançada pelo curso, a pesquisa histórica deverá, por isso, condicionar a **pedagogia** do curso. Assim sendo, nesses termos, a superação da dicotomia licenciatura – bacharelado ou formação pedagógica x formação específica deverá se dar por meio de uma correção de termos. Não se trata na verdade de inserir em uma formação de historiador uma formação pedagógica que o habilite para promover a produção do conhecimento histórico nos níveis fundamental e médio de ensino (ou realizar o, assim chamado, conhecimento histórico escolar). Trata-se de reconhecer a importância do **componente pedagógico** na própria formação do historiador. (NEVES, 2005, p. 81)*

Existem algumas implicações na fala de Selva Fonseca. Ela aponta um sério problema: o de uma complicada relação entre as disciplinas específicas e as pedagógicas. Não é uma crítica de todo infundada, afinal de contas ela trata dos cursos de Licenciatura, cujo objetivo é a formação de professores. Caso estivesse redigindo um documento estritamente para a formação de professores, o enfoque dado pela ANPUH provavelmente atenderia às exigências da autora. Como não entende o curso superior de História como um momento somente para este tipo de

⁶ CERTEAU, M. *A escrita da História da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p.70.

formação, a proposta da Associação versou sobre o historiador, o que nos parece como uma atitude mais próxima à uma correlação da definição do perfil deste profissional a partir das discussões teórico-metodológicas da disciplina. Enquanto que Selva parte da idéia de *professor* para os cursos de História, o “outro lado” (digamos assim) parte da idéia de *historiador*.

Outra questão está em que, quando se condiciona os cursos de graduação por conta do campo de trabalho, como o ensino no caso do historiador, corremos o risco de cair em um reducionismo perigoso. Se este é o principal campo de trabalho para este profissional não significa que sua formação deva se restringir ao “dar aulas de História”, quase um tecnicismo que pensamos ter sido superado há algum tempo e que certamente a autora do texto desaprovava. Afinal de contas, este professor saberá que devido à configuração atual da História ele precisará transitar por vários territórios (discussões teórico-metodológicas da área, outros espaços e temas “apropriados” pela História como museus e patrimônio histórico, as relações interdisciplinares, etc.) que extrapolam os momentos de ensino, se pretende lidar plenamente com a disciplina.

Há quem possa pensar que tudo se resume apenas a uma questão de denominação. Afinal de contas, em ambos os lados se fala em professor-pesquisador, em historiador-professor, em produção de conhecimento. Contudo, a questão parece se estender para a esfera do político e da já conhecida conturbada relação entre historiadores e pedagogos, na definição dos territórios pertencentes a cada um, e que de tão evidente, já foi transformada em objetos de várias pesquisas acadêmicas.

4. Conclusão

Os historiadores transitam por caminhos tortuosos, pedregosos. De todas as ciências (ou áreas de conhecimento para quem não reconhece a história como ciência), são provavelmente os que mais são questionados sobre a legitimidade e utilidade do que produzem. Internamente lidam com o que já se tornou um consenso: uma identidade fragmentada, *en miettes*, como a chamaria François Dosse que assim caracterizou a escola dos Annales e que nós estendemos a toda a disciplina. Mas mesmo em meio à essa tensão, necessitam delimitar seu espaço - seja na universidade ou na sociedade - e justificar seu papel enquanto produtores de conhecimento legítimo, para isso encontrando algum denominador comum que dê norte, parâmetro para a continuidade da formação de novos historiadores. Ainda que divirjam, é preciso que algo permaneça em pé após esse “cabo de força” para que se possa lançar mão da palavra “historiador” como sendo algo que nos define.

Tomamos nossas fontes como um caminho para revelar o não-dito de que fala Michel de Certeau. Como um meio de lançar luz sobre “o labirinto de posições a respeitar e de influências a solicitar, (...) o inconfessado de textos que se tornaram pretextos, a exterioridade daquilo que se faz em relação àquilo que se diz, e a eliminação de um lugar ou de uma força que se articula numa linguagem?” (2007, p. 76) Isto é, de se reconhecer enquanto um grupo em meio às relações sociais e de produção e de expor os mecanismos por trás do saber que produz.

Elas serviram ao que de Certeau supôs: a transformação da história e no nosso caso, do historiador, em seu próprio objeto de reflexão, a realização desse gesto de conectar as idéias aos lugares, para esclarecer qual a ligação que se estabelece entre ele e a sociedade presente através das atividades técnicas (2007, p. 65). Somando a isto a reflexão de um outro pensador que busca o intelectual “no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais” (GRAMSCI, 1995, p. 7), abrem-se à nossa frente os caminhos para uma reflexão que, referindo-se à uma cultura histórica à qual os historiadores pertencem e com a qual se relacionam, consiga vislumbrar os nexos estabelecidos entre esses dois em seu duplo sentido: tanto o que a sociedade espera e exige dos historiadores quanto o que esses definem para si como sendo seus papéis nesta.

5. Referências bibliográficas

ANPUH, _____. *Diretrizes curriculares dos cursos de História*. São Paulo: s.d.a. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/anpuh/document/diret.htm>>.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. São Paulo: Forense, 2008.

FONSECA, Selva. *A formação do professor de História: novas diretrizes, velhos problemas*. 24ª reunião da ANPED. Caxambu, 2001. In.: <http://www.anped.org.br/reunioes/24/T0853028647036.doc>

FREITAS, Itamar. *Histórias do ensino de história no Brasil*. 1. ed. São Cristóvão: Editora da UFS, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HOBBSAWM, Eric. O presente como História. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IGLÉSIAS, 1971.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Entrevista concedida a Marieta de Moraes Ferreira. In: *Revista de Estudos Históricos do CPDOC/FGV*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 216-236.

BRASIL. MEC. *Diretrizes Curriculares dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia*. Brasília, 2001.

NEVES, Joana. A Graduação em História – etapa do ensino de História voltada para a formação do professor/pesquisador. In.: ARIAS NETO, José Miguel (org.). *Dez anos de pesquisa em ensino de História*. Londrina: AtritoArt, 2005.

_____. A Formação do Professor de História no Brasil. In.: PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira e SCOCUGLIA, Afonso Celso (orgs.). *Educação e História no Brasil Contemporâneo*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. p. 37 – 62.

Projeto de Lei nº 2.047/99